

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2854690420200925110940

Processo 0831729-04.2019.8.23.0010 ☆ - (356 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:
☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos:
☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

77 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 77 500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	77	25/09/2020 11:09:40 JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>77.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2656545EMBARGODECLARACAOSENTENCA1AINST01.pdf Público</div>			
76	24/09/2020 15:26:50	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 24/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020) e ao evento de expedição seq. 74.	VALDENOR ALVES GOMES Advogado
75	21/09/2020 14:55:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020) e ao evento de expedição seq. 73.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
74	21/09/2020 14:32:50	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
73	21/09/2020 14:32:50	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
	72	21/09/2020 07:52:06 JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO	EDUARDO MESSAGGI DIAS Magistrado
71	21/09/2020 00:17:18	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 21/09/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 66.	SISTEMA CNJ
70	19/09/2020 00:08:27	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 65.	SISTEMA CNJ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA PROFERIDA:

Com a mais respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decisum*.

Assim, tem-se que a embargante foi condenada ao pagamento de **R\$ 2.362,50, corrigido monetariamente e acrescidos de juros.**

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, há um laudo COMPLEMENTAR do perito datado de 21/08/2020, **comprova a invalidez permanente de TORNOZELO DIREITO 25 %. Vejamos:**

Esclarecendo quanto a impugnação apresentada no EP – 45.1, responderei aos quesitos solicitados.

RESPOSTAS DOS QUESITOS

1. SIM, RESULTOU EM INVALIDEZ PERMANENTE.
2. INVALIDEZ PERMANENTE COM LEVE LIMITAÇÃO DO MOVIMENTO DO TORNOZELO DIREITO.
3. PERICIADO TEVE CIÊNCIA DA SUA INCAPACIDADE ATRAVES DE LAUDOS DOS ESPECIALISTA.
4. PERICIADO NÃO REALIZA TRATAMENTO. PODERIA HAVER MELHORA DO QUADRO COM TRATAMENTO FISIOTERAPICO.
5. SEM SEQUELAS ORIUNDA DE CIRCUNSTANCIA ANTERIOR.
6. PARCIAL INCOMPLETA COM PERCENTUAL DE 25%.
7. PERICIADO NÃO PODE CORRER, PULAR, JOGAR FUTEBOL, VOLEI, TRABALHAR COM A MESMA INTENSIDADE, FICAR POR LONGO PERIODO EM PÉ, SUBIR ESCADAS, LEVANTAR PESO. INFORMO AINDA QUE O PERICIADO TEM INDADE AVANÇADA (66 ANOS DE IDADE).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25	R\$ 3.375,00

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
25% (grau leve)	R\$ 843,75

Portanto, a Embargante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, não ultrapassando a monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em apreço, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

EMINENTE JULGADOR

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR